CCA ONTIER

TAX INSIDER #1

MARÇO 2016



LEGISLAÇÃO

Lei n.º 7-B/2016, de 31 de Março

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019. Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

Portaria n.º 62/2016, de 31 de Março

Altera o Regulamento do Sorteio Fatura da Sorte, aprovado pela Portaria n.º 44-A/2014, de 20 de Fevereiro. Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março

Aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2016. Fonte

Ler mais.

Share on LinkedIn

Aviso n.º 5/2016 de 2016-03-14

Torna público que foram emitidas notas, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Senegaleses no Exterior, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e a República do Senegal para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria …

Ler mais.

Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/M, de 11 de Março

Estabelece as regras de execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2016, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2015/M, de 30 de Dezembro, que deverão ser complementadas pela legislação em vigor ao nível da realização da despesa e da arrecadação da receita. Fonte

Ler mais.

Decreto-Lei n.º Decreto-Lei n.º 8/2016, de 4 de Março

Altera o tipo de prémio a atribuir no âmbito do sorteio “Fatura da Sorte”, passando aquele a ser constituído por títulos de dívida destinados à poupança, emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. Esta alteração visa estimular o aforro das famílias e promover os produtos de poupança do Estado, mantendo o desiderato da …

Ler mais.

Regulamento de Execução (UE) 2016/323 da Comissão, de 24 de Fevereiro

Estabelece normas pormenorizadas para a cooperação e a troca de informações entre os Estados-Membros no que se refere aos produtos abrangidos pelo regime de suspensão dos impostos especiais de consumo nos termos do Regulamento (UE) n.º 389/2012. Fonte

Ler mais.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão Nº 149/2016 de 09.03.2016, Processo n.º 965/15

LGT – Artigo 89.º-A – Princípio da proporcionalidade – Impossibilidade de prova Fonte

Ler mais.

Acórdão Nº 139/2016 de 08.03.2016, Processo n.º 927/15

IRC – EBF – Benefícios fiscais – SGPS "Não julgar inconstitucional a norma do artigo 31.º, n.º 3, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na redação introduzida pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, na interpretação segundo a qual a isenção prevista no n.º 2 do mesmo artigo para as mais-valias …

Ler mais.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 038/16

Competência Material – Tribunais Tributários – Prédio Devoluto "O Tribunal Tributário de Lisboa é materialmente competente para conhecer da impugnação da declaração de prédio devoluto emitida pelo Município de Lisboa nos termos do DL n.º 159/2006, de 08.08". Fonte

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 0149/16

Nulidade de citação – Âmbito do recurso – Recurso judicial – Nulidade insanável – Processo de execução fiscal "I - Tendo a invocada nulidade da citação sido indeferida pelo órgão da execução fiscal com fundamento em extemporaneidade, por ter sido arguida para além do termo do prazo para a oposição (cfr. n.º 2 do art. 191.º do CPC), não pode …

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 0138/16

Derrogação do sigilo bancário – Familiar – Âmbito do recurso – Recurso judicial "I - Nos termos do n.º 2 do art. 63.º-B da LGT, admite-se que a AT aceda à documentação bancária relativamente a familiar que se encontre em relação especial com o contribuinte. II - O familiar que pretenda reagir contenciosamente contra a decisão administrativa que assim decida …

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 0267/15

Mandatário Judicial – Mandato – Procedimento Tributário “I - A constituição de mandatário pelo contribuinte no procedimento tributário é facultativa e, sendo este advogado, porque o mandato forense não exige forma especial, pode resultar quer de instrumento público, quer de documento particular, quer de declaração verbal da parte no auto de qualquer diligência que se pratique no processo (cfr. art. …

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 0449/15

IRS – Indemnização – Cessação – Relação laboral – Condição resolutiva – Norma anti abuso “I - A norma do art° 2°, nº 4 do CIRS, na redacção vigente em 2007, estabelecia uma delimitação negativa de incidência relativamente a indemnizações por extinção do contrato de trabalho ou por cessação do exercício de funções de membros dos órgãos sociais, com um …

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 0910/13

Sisa – Caducidade – Inconstitucionalidade “I - Embora a Lei Geral Tributária tenha vindo fixar um novo prazo geral de caducidade de quatro anos, ressalvou essa aplicação aos casos em que “a lei não fixar outro” prazo, pelo que se deve incluir nessa ressalva o prazo de caducidade para a liquidação do imposto sucessório constante do aludido artigo 92.° do …

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 0404/13

Falência – Dívida fiscal – Declaração de falência – Prosseguimento da execução fiscal – Sustação da execução “Relativamente a dívidas anteriores à declaração de falência, o processo de execução fiscal apenas poderá prosseguir nas hipóteses previstas nos n.ºs 4 e 5 do art. 180.º do CPPT, ou seja nos casos em que, findo o processo de falência, os processos de …

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 01445/15

Recurso De Revista Excepcional – Pressupostos – Admissão “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. …

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 0805/15

Impugnação judicial – Juros compensatórios – Fundamentação da liquidação “Está cumprido o dever legal de fundamentação se na liquidação de juros compensatórios estão explicitados o motivo da liquidação (ter havido retardamento da liquidação de parte ou da totalidade do imposto, por facto imputável ao sujeito passivo - arts. 89º do CIVA e 35º da LGT) e se constam a indicação …

Ler mais.

Acórdão do STA de 09-03-2016, Processo 01387/15

Recurso de revista excepcional – Pressupostos – Admissão “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. …

Ler mais.

Acórdão do STA de 02-03-2016, Processo 01270/13

Recurso – CPPT – Pressupostos – Oposição de julgados “I - Os requisitos para o conhecimento do mérito do recurso das decisões dos tribunais tributários com fundamento em oposição de julgados (art.280° n° 5 CPPT) são idênticos aos requisitos globais para o conhecimento dos recursos interpostos com fundamento em oposição de acórdãos. II - Assim, para que exista oposição, é …

Ler mais.

Acórdão do STA de 02-03-2016, Processo 01204/13

Custos “I - O princípio da especialização dos exercícios visa tributar a riqueza gerada em cada exercício e daí que os respectivos proveitos e custos sejam contabilizados à medida que sejam obtidos e suportados e não à medida que o respectivo recebimento ou pagamento ocorram. II - Se a donatária inscreveu nos recibos de quitação, que as quantias que recebeu …

Ler mais.

Acórdão do STA de 02-03-2016, Processo 0930/13

Imposto Municipal sobre Imóveis – Inscrição matricial “Na impugnação deduzida do acto de liquidação do IMI após avaliação para efeitos de fixação do valor patrimonial, podem ser alegadas e apreciadas as pretensas ilegalidades resultantes da inscrição oficiosa na matriz de determinada realidade física como prédio”. Fonte

Ler mais.

Acórdão do STA de 02-03-2016, Processo 01354/15

Imposto de Selo – Valor patrimonial tributário "I - Relativamente aos prédios em propriedade vertical, para efeitos de incidência do Imposto do Selo (Verba 28.1 da TGIS, na redacção da Lei n.º 55-A/2012, de 29 de Outubro), a sujeição é determinada pela conjugação de dois factores: a afectação habitacional e o VPT constante da matriz igual ou superior a € …

Ler mais.

Acórdão do STA de 02-03-2016, Processo 0137/16

Recurso jurisdicional – Garantia – Hipoteca – Fundamentação "I- O juízo sobre a idoneidade da garantia há-de resultar da avaliação que for efectuada em concreto sobre a susceptibilidade desta assegurar o pagamento da quantia exequenda e do acrescido, aferindo a Administração Tributária designadamente, da suficiência e solidez da garantia oferecida e da capacidade e idoneidade do garante. II - Embora …

Ler mais.

Acórdão do STA de 02-03-2016, Processo 0690/15

Impugnação – Prescrição – Taxa "I - Não tendo sido aprovado qualquer regime geral aplicável às taxas, deve aplicar-se a regulamentação de direito fiscal dos tributos em geral, salvo disposição legal expressa em contrário, art.º 2.º da LGT. II - Verifica-se que a Taxa de Exploração e Conservação do Aproveitamento Hidroeléctrico do Lucefecit, relativas aos anos de 1997 e 1998, …

Ler mais.

Recurso de Revista Excepcional

Foram proferidos, no dia 2 de Março de 2016, vários acórdãos do STA, dos relatores Casimiro Gonçalves e Isabel Marques da Silva, sobre a matéria do recurso de revista excepcional. "O recurso de revista excepcional previsto no artigo 150º do CPTA não corresponde à introdução generalizada de uma nova instância de recurso, funcionando apenas "como uma válvula de segurança do …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0700/15

Oposição à execução fiscal – Despacho de reversão – Falta de fundamentação "Apesar de, em regra, a oposição ter como finalidade a extinção, total ou parcial, da execução fiscal, pode também visar outros fins que se revelem adequados à sua função de contestação à pretensão executiva, e que determinem a suspensão da execução fiscal ou a absolvição da instância executiva". …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0677/15

Oposição à execução fiscal – Indeferimento liminar – Ilegitimidade “I - Relativamente aos tributos cujo elemento definidor da incidência subjectiva é a posse, fruição ou propriedade de bens, constitui fundamento admissível da oposição à execução fiscal a ilegitimidade substantiva do oponente, fundada no facto de este, apesar de figurar como devedor no título executivo, não ter sido, durante o período …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 01182/13

Erro na forma de processo – Convolação – Extemporaneidade “I - A falta de notificação para exercício do direito de Audição Prévia relativamente ao projecto de relatório de inspecção e a falta de notificação do projecto de relatório final da inspecção tributária não consubstanciam fundamento legal de oposição, enquadrável na alínea i), do n° 1, do artigo 204°, do CPPT …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0329/14

IRC – Métodos indiretos – Falta de fundamentação “I - No que respeita à quantificação da matéria tributável, deve considerar-se suficiente a fundamentação que permite ao destinatário conhecer os motivos por que a fixação foi naquele concreto montante, habilitando-o a conformar-se ou contra ela reagir graciosa e contenciosamente. II - Assim, ainda que a AT esteja legitimada a recorrer aos …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0611/15

Reversão da execução – Presunção de culpa – Gerente “O art.º 8.º do RGIT não contém qualquer presunção de culpa, competindo à Administração Tributária reunir os elementos donde possa concluir-se pela verificação da culpa do responsável subsidiário pelo não pagamento das coimas por parte da empresa originária devedora que devem constar do despacho de reversão. (elaborado nos termos do disposto …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0580/15

Prédio – Herança – Atividade industrial – Atividade comercial – Realização de obras – Loteamento – Acréscimos patrimoniais “Apenas com a venda dos lotes, desacompanhada por parte dos recorrentes de alegação de qualquer outra finalidade para o desenvolvimento das

indicadas actividades industrial e comercial se completa o conjunto de factos que permitem afirmar que o loteamento desde a obtenção do …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0169/16

Garantia – Reforço – Recurso "I - Julgada improcedente a oposição em primeira instância, a uma dada execução fiscal e tendo sido apresentado recurso da sentença, ao qual foi fixado efeito meramente devolutivo o órgão de execução fiscal não pode determinar a penhora de contas bancárias da executada para reforço da garantia hipotecária anteriormente prestada sem que tenha sido proferida …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 01163/15

IRS – Impugnação de liquidação – Responsável subsidiário "I - A impugnação da liquidação decorrente da fixação da matéria colectável por métodos indirectos está condicionada ao prévio pedido de revisão nos termos do artigo 91 da LGT. II - O indeferimento do pedido de revisão pela AT não constitui preterição de formalidade legal para efeitos de impugnação dessa mesma liquidação". …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0289/14

Isenção – IMT – Redução de imposto – Imposto de Selo – Aquisição de imóvel – Fração autónoma – Empreendimento turístico "A primeira aquisição de uma fracção autónoma de um empreendimento turístico já licenciado não integra o conceito de instalação para efeitos dos benefícios fiscais decorrentes do artigo 20 do DL 423/83 de 5 de Dezembro". Fonte

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0195/15

Liquidação adicional – Declaração de substituição – Fundamentação do acto "IV - Para obstar à falta de fundamentação do acto de liquidação adicional impugnado não basta que nas alegações de recurso se indique todo o itinerário lógico seguido pela Administração Tributária desde a 1ª liquidação de IRS até à liquidação adicional aqui impugnada, mostrando-se, pois, violado do disposto no artº …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0142/16

Notificação – Mandatário – Contagem de prazo – Presunção – Data – Ilisão de presunção “III - As notificações aos mandatários constituídos, consoante o n.º 3 do art.º 40.º do Código de Processo e Procedimento Tributário serão feitas por carta ou aviso registados, dirigidos para o domicílio ou escritório dos notificandos, ou pessoalmente pelo funcionário competente quando encontrados no edifício …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 082/16

Execução fiscal – Indeferimento – Garantia – Fiança – Idoneidade “Não basta que o critério de avaliação do património do fiador para efeitos de avaliar a sua idoneidade para assegurar o pagamento da dívida exequenda garantida e acrescido seja objectivo, necessário é também que seja adequado ao fim tido em vista, que só poderá ser, nos termos da lei, o …

Ler mais.

Acórdão do STA de 24-02-2016, Processo 0771/14

Reclamação de créditos IMI “I - O crédito de IMI quando decorrente do imposto devido pelo Imóvel objecto de penhora goza do privilégio imobiliário especial. II - Como tal prefere aos restantes créditos ainda que garantidos por hipoteca”. Fonte

Ler mais.

Acórdão do STA de 17-02-2016, Processo 01810/13

Decisão arbitral – Recurso para uniformização de jurisprudência – Requisitos de admissão “I - De harmonia com o disposto no nº 2 do art. 25º do RJAT (DL nº 10/2011, de 20/1) a decisão arbitral sobre o mérito da pretensão deduzida que ponha termo ao processo arbitral é susceptível de recurso para o Supremo Tribunal Administrativo quando esteja em oposição, …

Ler mais.

Acórdão do STA de 17-02-2016, Processo 0591/15

Recurso por oposição de acórdãos – Requisitos – IVA – Factura – Ónus de prova “I - É de admitir o recurso por oposição de acórdãos em que se verifique uma identidade substancial (entendida não como uma total identidade dos factos mas apenas como a sua subsunção às mesmas normas legais) das situações fácticas em confronto, que determine divergência de …

Ler mais.

Acórdão do STA de 17-02-2016, Processo 0899/15

Oposição – Fundamentos – Falta de notificação – Pagamento voluntário – Decisão de aplicação de coima “O processo de oposição é, ao abrigo do disposto na alínea i) do art.º 204º do Código de Processo e Procedimento Tributário o meio próprio para reagir contra a pretensão executiva quando o executado não foi notificado para pagar voluntariamente as taxas de portagem, …

Ler mais.

Acórdão do STA de 17-02-2016, Processo 0122/15

Oposição de acórdãos – Insolvência – Responsável subsidiário “I - O recurso por oposição de acórdãos interposto em processo judicial tributário instaurado após a entrada em vigor do ETAF de 2002 depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos legais: i) que se verifique contradição entre o acórdão recorrido e o acórdão fundamento sobre a mesma questão fundamental de direito e …

Ler mais.

Acórdão do STA de 17-02-2016, Processo 0135/15

Principio jura novit curia – Prestações suplementares – Suprimentos Fonte

Ler mais.

Acórdão do STA de 17-02-2016, Processo 0668/15

IRS – Mais-valias – Facto tributário – Aplicação da lei fiscal no tempo – Retroactividade “IV - As mais-valias produzidas antes de 27/07/2010 com a alienação de acções detidas há mais de 12 meses continuam a seguir o regime de não sujeição que vinha determinado no nº 2 do CIRS anteriormente às alterações introduzidas pela Lei nº 15/2010 de 26 …

Ler mais.

Acórdão do STA de 17-02-2016, Processo 0613/15

Reclamação de acto praticado pelo órgão da execução fiscal – Remessa do processo ao tribunal competente – Meio processual – Intimação para comportamento “I - O órgão de execução fiscal tem o dever legal de informar a petição de reclamação apresentada e, de a remeter ao tribunal tributário, para decisão (cfr. artigos 208.º, n.º 1 e 277.º, n.ºs 2 e …

Ler mais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA U.E.

Acórdão Do Tribunal De Justiça (Décima Secção) de 17 de Março de 2016

Reenvio prejudicial – Regulamento (CEE) n.° 2658/87 – União aduaneira e pauta aduaneira comum – Classificação pautal – Nomenclatura Combinada – Posições 8517, 8518, 8519, 8527 e 8543 – Aparelho autónomo concebido para recolher, receber e reproduzir em modo streaming ficheiros áudio digitais sob a forma de som amplificado "A Nomenclatura Combinada que figura no Anexo I do Regulamento (CEE) …

Ler mais.

Acórdão Do Tribunal De Justiça (Primeira Secção) de 17 de Março de 2016

Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Imposto sobre o valor acrescentado – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 135.°, n.° 1, alínea a) – Isenção em matéria de seguro – Conceito de operações de 'seguro' e de 'prestações de serviços relacionadas com essas operações efetuadas por corretores e intermediários de seguros' – Serviços de regularização de sinistros prestados em nome e por conta …

Ler mais.

Acórdão Do Tribunal De Justiça (Primeira Secção) de 10 de Março de 2016

Reenvio prejudicial – União aduaneira e pauta aduaneira comum – Classificação pautal – Nomenclatura Combinada – Interpretação – Regras gerais – Regra 3, alínea b) – Conceito de 'mercadorias apresentadas em sortidos acondicionados para venda a retalho' – Embalagens separadas. "Pelos fundamentos expostos, o Tribunal de Justiça (Primeira Secção) declara: A regra 3, alínea b), das regras gerais para a …

Ler mais.

DECISÕES ARBITRAIS

IS – Verba 28 e 28.1 da TGIS – Propriedade vertical; Inconstitucionalidade material

Processo nº 507/2015-T, decisão de 2016-03-17 Fonte

Ler mais.

IMT e IS – Caducidade do direito de ação

Processo n.º 331/2015-T, decisão de 2016-02-28 Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

IVA – Valor Tributável; Art.º 16 do CIVA

Processo n.º 278/2015-T, decisão de 2016-02-26 Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

IMT e IS – Utilidade Turística

Processo n.º 382/2015 – T, decisão de 2016-02-26 Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

IRC - Principio da especialização dos exercícios

Criação líquida de postos de trabalho (artigo 19.º do EBF). Indeminização por garantia indevida
Processo n.º 239/2015-T, decisão de 2016-02-19 Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

IRS – Venda de participações sociais. Retenção na fonte. Cláusula Geral Antiabuso

Processo nº 335/2015-T, decisão de 2016-02-19 Fonte

Ler mais.

IVA – Subvenções

Processo n.º 336/2015-T, decisão de 2016-02-18 Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

IRS - Ajudas de custo; alínea d) do nº 3, do artigo 2.º do Código do IRS

Processo nº 246/2015-T, decisão de 2016-02-17 Fonte

Ler mais.

IVA – Subvenções – artigo 16.º, n.º 5, alínea c) do Código do IVA

Processo n.º 339/2015 – T, decisão de 2016-02-15 Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

IMT- Artigo 18.º , nº1 CIMT, Reconhecimento de Isenção; Juros Indemnizatórios

Processo n.º 343/2015 –T, decisão de 2016-02- 10 Fonte

Ler mais.

Partilhar no LinkedIn

IVA – Aplicação da taxa reduzida a implantes e pilares de próteses dentárias

Processo nº 330/2015-T, decisão de 2016-02-06 Fonte

Ler mais.

IVA - Renúncia à isenção; integração no Sistema Nacional de Saúde

Processo nº 341/2015-T, decisão de 2016-02-04 Fonte

Ler mais.

Imposto Único de Circulação – sujeito passivo

Processo nº 194/2015-T, decisão de 2016-02-01 Fonte

Ler mais.

DOUTRINA ADMINISTRATIVA

Ofício Circulado N.º 20185/2016, de 2016-03-29

Procedimentos “senhas na hora”. Fonte

Ler mais.

Ofício Circulado N.º 15463/2016, de 2016-03-24

Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro a utilizar a partir de 1 de Abril de 2016. Fonte

Ler mais.

Ofício Circulado N.º 15458/2016, de 2016-03-17

Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro a utilizar a partir de 16 de Março de 2016. Fonte

Ler mais.

Ofício Circulado N.º 40114, de 16.03.2016

Imposto municipal sobre imóveis – Isenção de IMI para prédios habitacionais arrendados em regime de arrendamento apoiado para habitação permanente – Lei n.º 80/2014, de 19 de Dezembro. Fonte

Ler mais.

Ofício Circulado N.º 20184, de 2016-03-14

Cálculo da derrama estadual/regional no caso de a atividade ser exercida na Zona Franca da Madeira e fora desta zona franca, quando seja aplicável o disposto no artigo 36.º-A do EBF. Vem prestar esclarecimentos sobre a forma de apurar a derrama estadual/regional no caso de o lucro tributável do sujeito passivo estar sujeito a diferentes regimes de tributação (regime geral …

Ler mais.

Ofício Circulado N.º 15454/2016, de 2016-03-04

Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro a utilizar a partir de 9 de Março de 2016. Fonte

Ler mais.

Ofício Circulado N.º 20183, de 2016-03-03

Regime de Prova da União de Facto, decorrente da Reforma do IRS. Com a reforma do IRS, aprovada pela Lei n.º 82-E/2014, de 31/12, foi alterado o n.º 2 do artigo 14.º do Código do IRS, referente ao domínio da prova da identidade de domicílio fiscal dos sujeitos passivos unidos de facto. Assim, este Ofício Circulado vem proceder à harmonização …

Ler mais.

Ofício Circulado N.º: 20186/2016, de 2016-02-26

IRC - Taxas de derrama lançadas para cobrança em 2016 - período de 2015. Divulga-se a lista de Municípios, com a indicação dos códigos de Distrito/Concelho, e das taxas de derrama lançadas para cobrança em 2016, necessárias ao preenchimento da Declaração de Rendimentos Modelo 22. Fonte

Ler mais.

EQUIPA



Carla Matos
cm@cca-ontier.com

Rita Trabulo
rt@cca-ontier.com

Andreia Faustino
af@cca-ontier.com

A presente NEWSLETTER foi elaborada com fins informativos, sendo disponibilizada de forma gratuita, para uso exclusivo e restrito dos clientes da CCA ONTIER, encontrando-se vedada a sua reprodução e circulação não expressamente autorizadas. Esta informação tem caráter geral e não substitui o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos.

SUBSCREVER

www.cca-ontier.com

Rua Vitor Cordon Nº10A, 4º piso - 1249 - 202 Lisboa | Portugal
Tel. (+351) 213 223 590 / Fax (+351) 213 223 599

ONTIER PORTUGAL / BOLÍVIA / BRASIL / CHILE / CHINA / COLOMBIA
ESPANHA / ESTADOS UNIDOS / REINO UNIDO / MÉXICO / PERÚ / VENEZUELA